

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.315, DE 2020

Insere nova circunstância agravante no art. 61 do Código Penal, consistente na prática de crime nas dependências de local destinado à realização de culto religioso.

Autora: Deputada EDNA HENRIQUE

Relator: Deputado PR. MARCO FELICIANO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe altera o Código Penal para agravar as penas de crimes cometidos nas dependências de local destinado à realização de culto religioso.

Em sua justificação, o Autor da proposta argumenta que “nosso país experimenta uma verdadeira epidemia de delitos, como homicídios, latrocínios, furtos e roubos, vêm sendo praticados justamente nos locais onde os cultos religiosos são realizados, colocando em risco seus frequentadores e trabalhadores”.

Afirma, ainda, ser “inadmissível que, por ocasião da dosimetria da pena fixada ao condenado pelo cometimento de crime realizado nesses locais, seja desconsiderado o fato de que a conduta se encontra revestida de maior periculosidade, ante a situação de vulnerabilidade em que as vítimas se encontravam e sem a possibilidade de opor resistência”.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise e parecer, cabendo a apreciação final ao Plenário da Casa.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

O projeto de lei sob exame atende aos pressupostos de constitucionalidade referentes à competência da União para legislar sobre a matéria, bem como à iniciativa parlamentar para apresentação de proposta sobre o tema, nos moldes traçados pelos arts. 22 e 61 da Constituição Federal.

Outrossim, a proposição não afronta as normas de caráter material constantes da Carta Magna, tampouco os princípios e fundamentos que informam nosso ordenamento jurídico.

No que diz respeito à técnica legislativa, verifica-se que a proposta guarda conformidade com a Lei Complementar nº 95/98.

Em relação ao mérito, o projeto se mostra oportuno e conveniente, uma vez que visa a reforçar a proteção de um direito fundamental. Com efeito, a Constituição da República, em seu artigo 5º, inciso VI, estabelece que "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias".

Essa proteção não se limita à dimensão individual da fé, mas estende-se ao espaço físico que possibilita sua manifestação coletiva. Um crime cometido nas dependências de um templo religioso não ofende apenas os indivíduos presentes, mas também a sacralidade do ambiente, a paz social e o direito fundamental à prática religiosa.

O direito penal deve punir as condutas repudiadas pela coletividade. A prática de delitos em locais de culto – como roubos, agressões, homicídios ou vandalismo – revela especial desprezo pela dignidade humana e pela finalidade espiritual do local, o que justifica um tratamento mais severo.

Assim, a criação de uma agravante para esses casos se revela acertada, uma vez que tal medida objetiva reforçar a reprovação social a atos



que transformam espaços de paz e reflexão em cenários de violência, além de desestimular a criminalidade nesses ambientes.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.315, de 2020.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado PR. MARCO FELICIANO
Relator

2025-2816

